

**Capítulo V: Percepção pública de violência e
 acesso à justiça de jovens moradores
 de pequenas cidades: o caso de
 Francisco Beltrão - Paraná/Brasil¹**

Adilson-Francelino Alves²

1 Sim esse texto faz parte de um projeto intitulado: Diagnóstico da percepção da população de Francisco Beltrão sobre violência, segurança, acesso à Justiça e conhecimento das leis, o projeto ocorre na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Câmpus de Francisco Beltrão. O início do projeto 2009 e o término está previsto para 2019.

2 Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e do Doutorado em DRS, membro do GETERR e do IRIS-UFSC. Integrante Grupo de Estudos Territoriais (Geterr) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Brasil. Contacto: adilsonfalves@gmail.com

RESUMO

O conceito, a compreensão e a amplitude da violência vêm se transformando e assumindo diversas tipologias ao longo dos tempos. Uma dessas tipologias é a violência urbana. Fenômeno persistente e cada vez mais presente nas cidades brasileiras onde se observa o crescimento da sensação de insegurança que afeta vários os grupos sociais, dentre eles os jovens aparecem como os mais afetados seja como vítimas ou perpetradores. Por se tratar de um fenômeno social complexo a violência deve ser tratada em suas diversas dimensões, como a percepção e sensações que as populações urbanas têm de segurança e insegurança. Este texto apresenta um recorte geracional de dados coletados por meio de pesquisa de opinião, que vem sendo aplicada desde 2009, este recorte procura analisar a percepção dos jovens de uma pequena cidade do interior do Brasil sobre temas ligados a como veem a violência, acesso à justiça e conhecimento das leis.

Palavras-chave: percepção de violência; política publica; segurança.

Public perception of violence and access to justice of young residents of small cities: the case of Francisco Beltrão - Paraná/Brazil

ABSTRACT

The concept, understanding and amplitude of violence have been changing and assuming different typologies throughout the ages. One of these typologies is urban violence, a phenomenon that is persistent and increasingly present in Brazilian cities where there is a growing sense of insecurity that affects several social groups, among them young people appears as the most affected as victims or perpetrators. Because it is a complex social phenomenon, violence must be treated in its various dimensions, such as the perception and feelings that the urban populations have of security and insecurity. This text presents a generational cut of data collected through an opinion research, which has been applied since 2009, this analysis seeks to

analyze the perception of the young people of a small city in the interior of Brazil on themes related to their perception of violence, access to justice and knowledge of the laws.

Keywords: perception of violence, public policy, public security.

Percepción pública de violencia y acceso a la justicia de jóvenes habitantes de pequeñas ciudades: el caso de Francisco Beltrão - Paraná/Brasil

RESUMEN

El concepto, la comprensión y la amplitud de la violencia se están transformando y asumiendo diversas tipologías a lo largo de los tiempos. Una de esas tipologías es la violencia urbana fenómeno persistente y cada vez más presente en las ciudades brasileñas donde se observa el crecimiento de la sensación de inseguridad que afecta a varios grupos sociales, entre ellos los jóvenes aparecen como los más afectados como víctimas o perpetradores. Por tratarse de un fenómeno social complejo la violencia debe ser analizada en sus diversas dimensiones, entre ellas la percepción y sensaciones que las poblaciones urbanas tienen de seguridad e inseguridad. Este texto presenta un recorte generacional de datos recolectados por medio de investigación de opinión, que viene siendo aplicada desde 2009, y busca analizar la percepción de los jóvenes de una pequeña ciudad del interior de Brasil sobre temas ligados a la percepción que ellos tienen de la violencia, acceso a la justicia y conocimiento de las leyes.

Palabras clave: percepción de la violencia, política pública, seguridad pública.

INTRODUÇÃO

Este ensaio sobre a percepção da população jovem de Francisco Beltrão sobre violência, acesso à justiça e conhecimentos das leis é

fruto de uma pesquisa com a mesma temática aplicada a toda a população do município. Essa pesquisa tinha três demandas distintas que ao se encontrarem produziram um processo de reflexão sobre a realidade do Sudoeste Paranaense particularmente sobre Francisco Beltrão. A primeira demanda referia-se às atividades junto ao Curso de Direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) onde ministramos desde 2004 a disciplina de Sociologia Geral e Jurídica, a segunda era a de verificar como (e se) o desenvolvimento econômico que o Brasil estava vivenciando se traduziria em desenvolvimento social e a terceira de analisar os processos de formação territorial da região Sudoeste paranaense.

A construção da pesquisa passou por três perguntas centrais: o que, porque e como medir. Segundo Almeida (2009) medir é atribuir valores a variáveis, e estas podem ser definidas através de características observáveis de um fenômeno. Medir é importante porque permite aprender mais sobre um fenômeno, seja sobre o que já sabemos, seja sobre o que ainda não dispomos de dados suficientes para construir afirmações ou conjecturas. Podemos, com as pesquisas empíricas, observar as mentalidades, por exemplo, quantificar se o aumento da escolaridade ou renda modificam as percepções que os cidadãos têm dos diversos aspectos da sociedade. Contudo, fazer pesquisa não é algo simples. Exige coordenação de equipe, construção dos instrumentos, abordagem adequada, ferramentas de análise e construção das interpretações, dentre outros aspectos.

O *survey* conta com a participação de três grupos de pesquisa da Unioeste como o: Grupo de Pesquisa em Planejamento e Crescimento Econômico (PEC) que tem como objetivo investigar as condições necessárias para a viabilização do crescimento econômico brasileiro, a partir da análise empírica de relações entre aspectos do mercado de trabalho, questões tecnológicas e a dinâmica do crescimento eco-

nômico, em âmbitos regional e nacional. O Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) que vem desenvolvendo estudos sobre teorias, métodos e estudos para compreender os processos de desenvolvimento territorial. Sua atuação vincula-se aos conceitos da geografia, como território, espaço e paisagem, envolvendo questões epistemológicas e também a processo de formação territorial do Sudoeste do Paraná. Finalmente, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos (GPDH) que vem discutindo os mecanismos de efetividade dos Direitos Humanos, nos aspectos direcionados: aos direitos sociais; aos tratados internacionais firmados pelo Brasil de combate à corrupção e sua relação com os direitos fundamentais; à educação ambiental na efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; às crianças e aos adolescentes; à assistência judiciária integral e gratuita; e aos tribunais penais internacionais. Com o apoio desses grupos a pesquisa foi estruturada e aplicada.

A coleta é realizada desde 2009 e se caracteriza como uma Pesquisa de Opinião por amostragem e é realizada em pontos de fluxo na área central de Francisco Beltrão, por meio de abordagem aleatória aos transeuntes. A coleta é realizada de dois em dois anos durante os meses de outubro, novembro e dezembro.

O público alvo são dos habitantes de Francisco Beltrão com faixa etária situada acima dos 16 anos. A amostra é quantitativa probabilística aleatória em pontos de fluxo. O tamanho da amostra é definido por estatística e conta com no mínimo 387 respondentes a margem de confiança é de 95 %. Para esse texto faremos um recorte sobre a percepção dos jovens na faixa etária de 16 a 29 anos a propósito de assuntos como violência, conhecimento das leis e confiança nas instituições. O recorte para este capítulo analisa a opinião de 159 respondentes. Para a pesquisa adotamos a perspectiva sociológica obedecendo a segmentação clássica que considera as variáveis:

demográficas, sexo, idade, renda, faixa etária, grau de instrução e local de moradia.

O capítulo está dividido em quatro partes: a primeira compreende essa introdução; a segunda os aspectos metodológicos da pesquisa; a terceira apresenta os dados socioeconômicos e a estrutura de segurança e justiça existentes no município e a quarta apresenta e discute os dados coletados junto à fração da amostra que compreende os jovens da faixa etária de 16 a 29 anos.

A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO DAS CARACTERÍSTICAS DA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA, ACESSO À JUSTIÇA E CONHECIMENTO DAS LEIS

A cada dia os processos de transformação da sociedade se tornam mais evidente e desafiadores. Situações que há duas ou três décadas demoravam a se consolidar atualmente tornam-se padrão em pouco tempo. As mudanças científicas, a velocidade das informações, os novos meios de comunicação tornam a vida (das pessoas, das empresas, das instituições e governos) cada vez mais aceleradas e imprevisíveis. Para as pessoas os impactos são profundos devido às constantes transformações no mundo do trabalho, na política e nas mudanças da estrutura social. Para as empresas a competição acirrada em nível global derruba as fronteiras locais e nacionais e expõem produtos, processos e métodos à competição e à comparação com outras empresas situadas em lugares cada vez mais distantes. O que exige, também da parte das Universidades, o aprimoramento dos processos de análise e a construção de instrumentos que podem ser utilizados na, e para, as políticas públicas.

Este contexto de transformação constante traz um desafio permanente às políticas públicas: a adaptação, a conquista e a manutenção

de posições em uma sociedade cada vez mais competitiva, seletiva e educada. As respostas para tais desafios não são simples. Elas envolvem um amplo rol de temas que transitam desde as questões relativas à segurança ontológica, passando pela segurança alimentar, o controle da violência real e simbólica, questões ambientais, questões do tráfico e consumo de drogas, dentre outros fatores.

Isto implica a tomada de decisões por parte dos *Policymakers* e as interfaces com os *Stakeholders*. Como as respostas a estas questões não são simples, as análises devem se posicionar para além das questões conjunturais das sociedades, embora estas questões também influenciem nas políticas públicas, sobretudo na sensação de insegurança/segurança.

Então, quando se trata segurança e políticas públicas devido à sua função e importância social é necessário que os órgãos estabeleçam laços mais estreitos com os problemas da sociedade, seja por meio de veiculação de campanhas educativas, seja na construção de ouvidorias, corregedorias e interfaces claras e objetivas que conquistem a credibilidade junto dos cidadãos. Sobretudo entre as populações mais jovens por estarem expostas aos impactos dessas transformações tendem a sentir, maiormente os índices de desemprego e violência.

Esses elementos constituem-se como ações de interface, onde esta não se caracteriza por uma relação polarizada entre dois lados (cidadão/Estado), mas por uma relação multifacetada constituída por diversos atores que, baseando-se na busca por princípios éticos socialmente aceitos e, considerados como corretos pela sociedade, se ocupem de resolver as demandas da sociedade por justiça e cidadania.

Neste sentido, a percepção da população sobre os serviços públicos, a sensação de segurança e bem estar (ou a percepção de tranquilidade), bem como, o acesso à justiça são elementos fundamentais das sociedades democráticas - o atendimento às essas questões pode garantir uma vida com mais qualidade à população, bem como, a segurança jurídica e institucional da sociedade e do Estado. Sobre-tudo das populações mais jovens que com seus padrões de comportamento e mentalidade tendem a imprimir mudanças nas estruturas, formas e organizações sociais.

Os resultados aqui apresentados constituem-se em um esforço de compreensão de uma realidade complexa e dinâmica que exige o diálogo constante entre diversas áreas do pensamento social, contudo sem ter a intenção de fornecer uma síntese definitiva, pois antes de tudo é um ensaio prospectivo de um fenômeno complexo.

Violência como fenômeno a ser medido

Pesquisas de opinião necessitam de métodos de construção que auxiliam na elaboração da investigação e passam como propõe Almeida (2009), por três perguntas centrais: A) o que medir, B) porque medir e C) como medir.

Medir é atribuir valores a variáveis, e as variáveis podem ser definidas como uma característica observável de um fenômeno. Como já foi dito fazer pesquisa não é algo simples. Sobre-tudo quando conecta aspectos multidisciplinares que unem a desafios da nossa capacidade de analisar, interpretar e compreender as dinâmicas sociais.

Nesse sentido, um dos desafios desta pesquisa reside no fato de que não há uma definição precisa do que venha a ser violência, sobre-tudo a percepção de violência. Por hora, para orientar nossa análise

procuramos definir o conceito de violência como um paradigma em constante mutação uma vez que a violência renova-se profundamente seus significados e suas expressões. Na medida em que as sociedades se alteram as manifestações concretas de violência muda e com ela também a percepção que as pessoas têm desse fenômeno.

O sociólogo, cientista político e historiador Charles Tilly (1929-2008) se propõe a caracterizar cada grande época histórica por seu “repertório” específico das formas da ação, e mais particularmente da violência (cf. Tilly, 1986 apud Wieviorka, 1997).

Para Tilly entre 1950 e finais de 1960, a violência estava associada a lutas políticas de libertação nacional com forte componente de esquerda que fizeram surgir novos regimes e novos Estados. Já entre as décadas de 1970 a 1980, a violência esteve ligada à longa desestruturação das ideologias, dos regimes e dos partidos de inspiração marxista-leninista, assim como a uma recusa cada vez mais artificial em perceber o declínio histórico do movimento operário internacional. Desse processo surgiram em diversos países grupos que colocaram na arena política e tencionaram a esfera pública tentando colocar uma agenda de transformação pela violência revolucionária. Dentre esses grupos estão a Ação Direta, Brigadas Vermelhas, Células Revolucionárias, Fação Exército Vermelho, etc.

Esse tipo de organização está esgotado em praticamente todo o mundo, quase liquidado historicamente – o que não quer dizer que não possam ocorrer o retorno destas formas de ação ideológica e o tipo de violências que nelas se inspiram. Wieviorka (1997, p.6), por exemplo, salienta que o Exército Popular Revolucionário (ERP) grupo revolucionário mexicano de inspiração maoísta surgido em finais da década de noventa adotava orientações que lembram sob vários aspectos os padrões de atuação dos anos 60 e 70.

Contemporaneamente uma das características da violência constitui-se pelas referências crescentes de seus protagonistas a uma identidade étnica ou religiosa, a exemplo de Ruanda que resultou em mais de 800 mil mortos, ou o fenômeno do terrorismo em rede. E, no âmbito cotidiano o narcotráfico como observado no México, Colômbia e Brasil. No caso brasileiro o mais emblemático e o fenômeno que ocorre o Rio de Janeiro. Esses grupos de tráfico de drogas tem a característica de atuação em rede e frequentemente envolvem atores situados no nível local e global (inclusive autoridades, políticos, judiciários, etc.).

O tráfico de drogas é particularmente preocupante, pois frequentemente envolvem os jovens em redes de tráfico, comércio e consumo. Em contextos urbanos das grandes e agora, como comprovam os dados coletados por nós em campo, também nas pequenas cidades tem crescido a violência em decorrência do tráfico. Sobretudo porque é particularmente esta violência que está associada a nossa vida cotidiana. Frequentemente também é relacionada à ausência de valores e ou enfraquecimento da solidariedade social. Contudo, o processo é mais complexo e não pode ser resumido a uma única categoria de conceitos sociológicos.

Assumindo essa linha de raciocínio a violência assume de tempos em tempos novos significados, percepções e mesmo. Dentre as diversas definições, no início da década de 1980 a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis” OMS (Dahlberg y Krug, 2007; Campos et al., 2005).

Embora a importante contribuição da OMS esse conceito é vago e, por ser pouco preciso, é passível de uma ampla contestação. No âmbito da comunidade internacional um conceito de violência um

pouco mais abrangente é apresentado pelos grupos que discutem os direitos humanos. Para eles, a violência é compreendida como *todas as violações dos direitos civis* (Almendra y Baierl, 2007). Tais direitos englobam aspectos básicos da existência como: a vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto; direitos políticos; direito a votar e a ser votado, participar de associações, sindicatos etc. Também direitos sociais básicos como: habitação, saúde, educação, alimentos, água, terra, segurança; direitos econômicos, vinculados ao emprego e salário e direitos culturais como o de manter e manifestar a própria cultura ou orientação.

Obviamente há também as formas de violência, tipificadas como violação da lei penal, como homicídios, sequestros, roubos, consumo e venda de drogas e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio. Esse conjunto de violências forma o que se convencionou chamar de violência urbana.

A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os crimes, mas todo o efeito que provocam sobre as pessoas e nas regras de convívio. Essa violência interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais, corrói a qualidade de vida.

Certamente, o tráfico de drogas é o aspecto mais visível de uma profunda ramificação do crime organizado, contudo as gangues urbanas, pichações, depredação do espaço público, o trânsito caótico, as praças e escolas mal cuidadas, sujeira em período eleitoral, falta de saneamento básico, desemprego, moradias precárias etc. compõem também o processo estrutural da perda da qualidade de vida e ampliam a sensação de insegurança. Quadro que se acentua, sobretudo nas periferias urbanas e nos espaços degradados e rotos do tecido urbano.

O retrato das pequenas cidades

Um fenômeno que vem chamando a atenção dos estudiosos é que a violência urbana, que antes estava presente apenas nas grandes cidades, espalha-se para cidades menores que com menor preparo e estrutura de segurança tem visto crescer os índices de violência como mostra o Tabela 1.

Além das dificuldades das instituições de segurança pública em conter o processo de interiorização da violência, a degradação urbana contribui decisivamente para ele, já que a pobreza, a desigualdade social, o baixo acesso popular à justiça não são mais problemas exclusivos das grandes metrópoles.

Tabela 1. Evolução das taxas de HAF segundo tamanho dos municípios brasileiros (1980/2014)*

Tamanho do Município (número de habitantes)	Taxas de HAF (por 100 mil)					Crescimento %				
	1980	1994	1997	2003	2014*	1980/94	1994/97	1997/03	2003/04	1980/14
Até 5 mil	1,4	2,4	2,9	3,8	5,1	71,5	20,5	30,2	34,7	262,4
de 5 a 10 mil	1,7	3,0	3,7	4,6	7,7	81,3	21,3	25,8	66,1	359,6
de 10 a 20 mil	2,1	3,8	5,0	6,3	10,1	78,1	29,6	28,0	59,5	371,0
de 20 a 50 mil	3,0	4,8	6,4	9,1	14,9	58,6	34,0	42,6	64,2	397,6
de 50 a-100 mil	3,5	7,6	9,8	14,0	19,7	115,6	28,7	43,5	40,6	459,9
de 100 a 200 mil	4,7	13,5	15,7	20,8	22,4	185,7	6,5	32,6	7,7	375,5
de 200 a 500 mil	6,9	17,1	20,1	28,6	26,4	149,0	17,0	42,8	-8,0	282,8
500 mil e mais	10,2	23,8	29,7	35,5	27,6	132,0	24,9	19,8	-22,4	169,4

Fonte: Waiselfisz (2016, p.39) * Dados preliminares.

O tabela acima mostra a evolução dos *homicídios* por armas de fogo (HAF) nos pequenos e médios municípios do Brasil de 1980 a 2014, os dados sistematizados pelo *Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil* apontam que nas cidades de 50 a 100 mil habitantes a taxa de HAF cresceu 459,9 %.

Tanto que, na última década a violência tem estado presente no dia-a-dia, nos noticiários e em conversas corriqueiras. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública³ divulgou uma pesquisa nacional realizada no mês de abril de 2017 pelo Instituto Data Folha com 2.065 entrevistas em 150 cidades brasileiras de pequeno, médio e grande porte das cinco regiões brasileira, onde verificou que 52 % dos brasileiros, ao longo da vida, foram vítimas diretas ou conhecem alguém que já foi vítima de violência; homicídio ou latrocínio. Desses 56 % são de jovens de 14 a 24 anos.

No ano de 2014⁴, por exemplo, foi amplamente divulgado pela imprensa brasileira um relatório da Anistia internacional que apontava que em 2012 diariamente 82 jovens perderam a vida no Brasil, todos vítimas de assassinatos. Dos quais 77 % eram negros das periferias urbanas. Segundo a Anistia Internacional a faixa etária mais exposta está compreendida entre os 15 e 29 anos sendo 93 % do sexo masculino.

No que se refere aos pesquisadores, observa-se que há diferenças na visão das causas e de como superar a violência, mas a maioria dos especialistas no assunto afirma que a violência urbana é algo evitável, desde que políticas de segurança pública e social sejam colocadas em ação.

³ <http://www.forumseguranca.org.br/>

⁴ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html>

O que se observa é que os padrões da violência das décadas anteriores transformaram-se e são muito diferentes dos atuais. Presentemente, a violência assume contornos cada vez mais fluidos e que permeiam a sociedade como um todo.

Dessa forma, notam-se diversos *padrões* que são alterados conforme as mudanças das/nas sociedades. Assume-se também que para enfrentar a violência as velhas ações de combate, quase sempre vinculadas a ação policial, podem não mais funcionar do mesmo modo.

Um dos aspectos importantes sobre a violência é a sensação de injustiça e a desigualdade bem como o desemprego, má qualidade da educação e a ausência de instituições e estruturas confiáveis onde a população possa recorrer. Nesse sentido, na sessão seguinte apresentaremos um pequeno panorama do perfil sócio econômico de Francisco Beltrão e da estrutura pública de segurança e justiça disponível no município.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE FRANCISCO BELTRÃO

O município de Francisco Beltrão possui uma área de 719.2 Km² e foi criado pela Lei n. 790 de 14.11.1951. Até a década de 1960, o desenvolvimento econômico do município estava relacionado à exploração da madeira e de atividades agropecuárias, produzindo mandioca, milho, feijão, arroz e batata-doce que eram considerados de maior importância para a subsistência e comercialização. O trigo, batata inglesa, soja e fumo em folha, tinham menor importância econômica.

As indústrias eram representadas pelas serrarias que exploraram de maneira descontrolada as reservas florestais naturais. A erva-mate nativa e, principalmente, os pinheiros eram abundantes. Da explo-

ração da madeira, os madeireiros iniciaram a criação de bovinos, formando pastagens nas áreas desmatadas.

A partir de 1970, além da pecuária, cresceu intensamente com a mecanização, o cultivo da soja e a expansão oleaginosa foi modificando a estrutura fundiária e provocando o êxodo rural.

Por sua economia, Francisco Beltrão destaca-se no meio rural com índice elevado de propriedades, principalmente, de pequenas e médias, onde a produção agrícola e pecuária é bastante diversificada. Seu parque industrial é um dos maiores da região nos setores moveleiro, madeireiro e agroindústria.

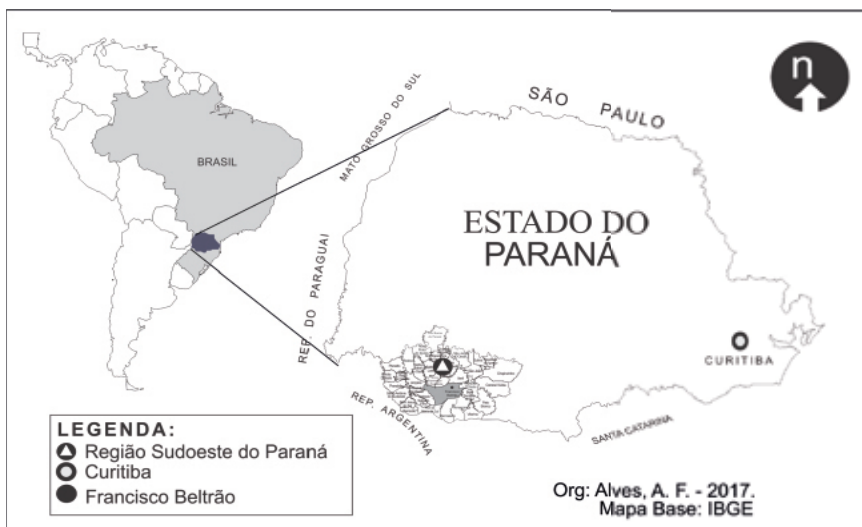


Figura 1. Localização do Município de Francisco Beltrão

Em relação à população, Francisco Beltrão vem crescendo significativamente como demonstra o tabela 2. De acordo com os dados apresentados, é possível afirmar que a população urbana do município de Francisco Beltrão vem aumentando progressivamente enquanto que o espaço rural vem sofrendo constante êxodo.

Cumpra destacar que o aumento populacional no perímetro urbano também é decorrente da vinda de pessoas de outras cidades e regiões do estado do Paraná com o intuito de ter melhores perspectivas financeiras e qualidade de vida.

Tabela 2. Evolução da população de Francisco Beltrão, 1960 a 2016

Área	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2016*
Urbana	4.989	13.413	28.289	45.622	54.831	67.448	—
Rural	50.507	23.394	20.473	15.650	12.301	11.494	
Total	55.496	36.807	48.762	61.272	67.132	78.943	87.491

FONTE: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Censo Demográfico, 2001, 2010.

*Estimativa projetada pelo IBGE/2016.

Através do Tabela 2 pode-se perceber uma redução da população nos anos 70, mas isso ocorreu, em parte, pelo desmembramento de Francisco Beltrão em outros municípios. Já em 1980, a população cresceu 32 %, em razão do processo de desenvolvimento da região.

Nos últimos 15 anos a diversificação da economia no Sudoeste do Paraná tem propiciado alterações significativas na estrutura social com a incorporação de uma nascente indústria do conhecimento, sobretudo com a implantação de universidades públicas bem como de empresas cada vez mais conectadas aos processos de globalização. Estas modificações na economia trazem novos habitantes, dinamiza a economia, mas traz em novos desafios para a comunidade, principalmente para as lideranças políticas que devem reagir frente a um mundo cada vez mais complexo e globalizado. A ampliação do emprego, da cidade e das relações, modifica a estrutura local e dinamiza toda a sociedade.

Desenvolvimento humano

Em relação aos indicadores sociais, o município de Francisco Beltrão apresenta um índice de desenvolvimento humano municipal

(IDH-M) superior à média do Estado do Paraná. Observa-se ainda, que, de 1991 a 2016, houve uma melhora significativa no IDH-M, colocando o município numa posição de destaque no cenário regional. Em relação ao índice Gini em 2010, comparativamente à média do Estado do Paraná o município apresenta uma menor concentração de renda, 0,54 e 0,47 respectivamente. No Aspecto renda e desigualdade social observa-se no Tabela 3 que tanto o Município de Francisco Beltrão observa-se uma melhora entre os anos 1991 a 2010.

Tabela 3. Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Francisco Beltrão - PR

	1991	2000	2010
Renda per capita	375,21	608,79	895,36
% de extremamente pobres	13,34	5,45	1,20
% de pobres	35,17	17,15	4,38
Índice de Gini	0,58	0,57	0,47*
IDH-M	0,711	0,787	0,749

*Fonte: PNUD, Ipea e FJP *Data SUS, 2017.*

Da mesma forma houve uma diminuição da pobreza e um aumento da renda média. Esse aumento da renda impactou fortemente na redução da pobreza absoluta que caiu de 13,34 % em 1991 para 1,2 % em 2010. Contudo, esse cenário tende a se estancar ou até mesmo se agravar frente à profunda crise que o Brasil vem enfrentando desde 2014 cujos efeitos que ainda não foram medidos.

Estrutura econômica: Evolução do PIB (Produto Interno Bruto) e Geração de Emprego

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2009) Francisco Beltrão registrou um aumento nominal do PIB *per capita* entre os anos de 2003 e 2007 de 42,99 %. Entre os anos de 2000 e 2007 o PIB do município apresentou uma expansão real de 43,62 %, ou uma expansão geométrica anual de

5,30 %, acima da média do estado e do país. Como um dos resultados diretos do bom momento econômico vivido nos anos 2000, o emprego formal cresceu significativamente. Em 2010 ocorreu um fenômeno no Brasil quando o PIB *per capita* rompeu a barreira dos 10 mil dólares o que gerou um círculo virtuoso de prosperidade que impactou fortemente até 2014 quando o PIB atingiu 13 mil dólares, ano em que uma profunda crise política e econômica se o que faz o PIB nacional retroceder novamente, com impactos locais.

A evolução do crescimento PIB *per capita* de Francisco Beltrão, registra-se um crescente aumento durante o período mencionado, o maior aumento ocorreu no período de 2006 para 2007, registrando um acréscimo de 14,88 %.

Embora de 2003 a 2007 o crescimento do PIB *per capita* nominal seja expressivo, ele ainda fica abaixo da média do Paraná e até mesmo da média do Brasil durante o período mencionado, pois os mesmos registraram aumentos nominais de 43,68 % e 52,30 %, respectivamente. Em 2007, Francisco Beltrão apresenta um valor de R\$ 12.234,00; o Paraná, R\$ 15.711,00; e o Brasil, R\$ 14.465,00, mostrando que embora o PIB *per capita* do município tenha melhorado, ainda está abaixo do estado e do país. Em 2014 o PIB *per capita* de Francisco Beltrão atingiu R\$ 28.128,94 enquanto no estado do Paraná esse valor atingia R\$ 42.314,00 no mesmo ano.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) - na mesorregião sudoeste do Paraná, a maioria dos municípios (30 de um total de 42 da região) é extremamente dependente das atividades agropecuárias, com estas respondendo por 40 % ou mais da população economicamente ocupada. Francisco Beltrão apresenta distribuição ocupacional mais equilibrada entre os setores; a agropecuária corresponde a 20,7 %.

Em relação à composição da economia do valor adicionado fiscal nota-se a importância das atividades do setor primário que se situa acima da faixa 30 %.

Especificamente na indústria, o município de Francisco Beltrão tem como carro-chefe as atividades de fabricação de alimentos e bebidas, que representava 19,06 % dos empregos formais em 2008. O processamento regional de alimentos (carnes, laticínios e rações) é comandado por cooperativas e por alguns grandes grupos privados nacionais, liderados pela Sadia. Há que se destacar também a importância da indústria da madeira e mobiliário.

O comportamento da movimentação dos empregos formais, em Francisco Beltrão, pode ser visualizado no Tabela 4. A queda de empregos gerados em 2005 deve-se ao fato de que naquele ano o município foi afetado por uma grande estiagem que afetou profundamente a agricultura. Entretanto, o emprego se recuperou nos anos seguintes até a crise de 2014 quando a economia brasileira entra em recessão.

Tabela 4. Saldo de empregos em Francisco Beltrão entre 2004 a 2017

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
2.039	120	1.231	1.034	811	861	1.326	1.594	757	1.554	1.070	-557	-41	500

Fonte: MTE/CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)

*Até o mês de abril de 2017.

A recuperação dos empregos no município é importante ele é a segunda maior economia da Mesorregião e a 20º do Estado do Paraná. As atividades econômicas que mais geram empregos são a indústria de produtos alimentícios, a indústria têxtil, o comércio varejista e a administração pública.

A crise de 2008 mundial começou a afetar a economia brasileira em finais de 2010 com impactos mais acentuados em 2014. Analisando

os dados do quadro quatro observa-se que a economia local gerou positivamente empregos até 2014 quando começa a dar sinais de esgotamento.

Na sequência apresentaremos a estrutura de justiça e das forças públicas de segurança que estão disponíveis para a população e, na sessão três, analisaremos alguns aspectos de como a população jovem percebe essas instituições.

A estrutura judicial e policial em Francisco Beltrão

O dinamismo econômico permitiu ao município de Francisco Beltrão construir e sedimentar uma série de instituições ligadas à segurança e justiça, iniciaremos pela Justiça Estadual representada pela comarca de Francisco Beltrão a qual foi criada em 24 de abril de 1954. Atualmente ela é composta de uma Vara da Infância e da Juventude, Famílias, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Entrância Intermediária de Francisco Beltrão, uma Vara Criminal, uma Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos presídios, duas Varas Cíveis e um Juizado Especial Cível e Criminal. Sendo que cada uma das Varas e também o Juizado possuem um juiz, soma-se ainda uma juíza substituta. A comarca compreende os municípios de Francisco Beltrão, Enéas Marques e Renascença. O município conta ainda com um Fórum Eleitoral e uma Vara trabalhista. Ainda no âmbito do estado a cidade conta também com o Ministério Público Estadual do Paraná que é representado por quatro promotores titulares e um substituto. Tais promotores estão responsáveis pelas seguintes áreas: vara criminal; 1ª e 2ª varas cíveis; defesa do consumidor; saúde do trabalhador; direitos decorrentes da responsabilidade civil *exdelicto*; fundações e terceiro setor; direitos constitucionais; proteção ao patrimônio público; proteção à saúde pública; execu-

ção penal; juizado especial criminal; crimes dolosos contra a vida; proteção ao meio ambiente; vara de família; infância e adolescência; registros públicos; defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência; defesa dos direitos do idoso e educação.

No que se refere às instituições nacionais temos a Justiça Federal, Francisco Beltrão possui uma Vara Federal com Juizado Especial Federal Cível e Criminal Adjunto, pelo qual responde um juiz federal substituto, e também uma Vara Previdenciária com Juizado Especial Federal Previdenciário Adjunto, que possui dois juizes que atendem 29 municípios. Também há instalado o Ministério Público Federal, representado pela Procuradoria da República no município de Francisco Beltrão, conta comum procurador da república que atua na área de crimes federais, como os crimes contra a administração pública, a previdência social, a ordem tributária, o sistema financeiro nacional, tráfico transnacional de drogas, lavagem de dinheiro, e na região, principalmente, os crimes ambientais.

A Advocacia Geral da União, instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, é representada em Francisco Beltrão pela Procuradoria Federal Especializada no INSS e pelo Escritório de Representação da Procuradoria Geral Federal.

Desde 2001, e ligado ao poder executivo municipal, está instalado o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) de Francisco Beltrão foi este órgão conta com uma pequena estrutura que atua na defesa dos direitos dos consumidores.

Embora não ligado ao sistema de Justiça do Estado encontra-se criada a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) um importante órgão nacional de classe no Brasil e que constantemente está vincu-

lado à defesa dos direitos humanos. A subseção da OAB de Francisco Beltrão abrange, além da cidade, outros dezenove municípios da região.

A estrutura policial brasileira é estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e conta com cinco diferentes instituições policiais: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Sendo as três primeiras afetas às autoridades federais e as outras duas aos governos estaduais. Em Beltrão estão disponíveis apenas a estrutura estadual.

A polícia Civil possui apenas um distrito em Francisco Beltrão, que atende as demandas gerais da população, inclusive as relacionadas à violência contra a mulher, a criança e ao adolescente e também as questões que envolvem adolescentes em conflito com a lei. A presença militar é dada pelo 21º Batalhão de Polícia Militar que é composto da 1ª Companhia Francisco Beltrão e do 1º Pelotão Francisco Beltrão. A Polícia Militar de Francisco Beltrão tem sob sua jurisdição outros 26 municípios da região e conta também com um Batalhão do Corpo de Bombeiros.

No que se refere à assistência judicial gratuita Francisco Beltrão dispõe de boa estrutura de serviços que são fornecidos em sua totalidade pelos três cursos de direito existentes na cidade sendo eles a Unioeste, a Unipar e o Cesul.

A Unioeste presta atendimento jurídico gratuito à população através do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), o atendimento é feito à população que possua renda de até um salário mínimo, sendo que o núcleo atende todo tipo de causa.

Para causas especificamente relacionadas à infância e a juventude, a

universidade possui o Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDIJ) que busca garantir a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. A União oferece ainda o programa Patronato que desempenha um acompanhamento junto aos egressos do sistema penitenciário e das cadeias públicas da comarca de Francisco Beltrão e região, bem como beneficiários de penas e medidas alternativas (que cumpram pena em liberdade). Este programa tem como objetivos, assistência ao egresso em sua reintegração social.

A Universidade Paranaense - Unipar (UNIPAR) oferece assistência através do Serviço de Assistência Judiciária Gratuita (SAJUG), que atende a população de baixa renda. Os serviços prestados estão relacionados em sua maioria a causas de direito de família, como separação, divórcio, guarda de criança e adolescente, pensão alimentícia e investigação de paternidade.

O Centro Sul-americano de Ensino Superior (CESUL) oferece o Escritório Modelo de Assistência Judiciária (EMAJ), onde oferece assistência à população de baixa renda e atende a causas em geral, também possui o Centro de Estudos dos Direitos da Mulher é um espaço de pesquisa e prática jurídica institucional que busca prestar atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; bem como propiciar o estudo dos direitos fundamentais das mulheres e difundir a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

Observa-se que a cidade possui um bom número instituições de justiça, polícias e universidades públicas e privadas que oferecem aos moradores uma razoável estrutura que pode ser positiva no combate à violência e percepção de justiça.

PERCEPÇÃO PÚBLICA DOS JOVENS BELTRONENSES SOBRE VIOLÊNCIA ACESSO À JUSTIÇA E CONHECIMENTO DAS LEIS

O Tabela 5 apresenta a distribuição etária de toda a amostra entrevistada. Do total desta, os jovens representam 159 pessoas ou 41 % do total. Os extratos desta seleção estão assim distribuídos 28 cidadãos entre 16 e 17 anos representando 7,23 % do total da população pesquisada; na faixa de 18 e 20 anos 56 cidadãos e 21,7 %; entre 21 a 24 anos 44 cidadãos e 11,36 % e na faixa estaria de 25 a 29 anos 31 respondentes e 8 % respectivamente.

Tabela 5. Distribuição da faixa Etária em anos do total da Amostra Populacional pesquisada

Faixa etária em anos	Frequência	%	Masculino	Feminino	Percentual Acumulado
16 e 17	28	7,2	10	18	7,2
18 a 20	56	14,5	16	40	21,7
21 a 24	44	11,4	20	24	33,1
25 a 29	31	8,0	9	22	41,1
30 a 39	56	14,5	22	33	55,6
40 a 49	69	17,8	21	47	73,4
50 a 60	45	11,6	23	22	85,0
< 61	52	13,4	35	17	98,4
NO	6	1,6	-	-	1,6
Total	387	100,0	159	224	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/15

Em relação ao Gênero observamos uma expressiva participação feminina com 104 mulheres e 55 homens respondentes. A fração da amostra analisada apresentou um nível de escolaridade bem acima da média nacional com 79 jovens ou 49,68 % com curso superior incompleto ou completo 66 e 13 respondentes respectivamente (Tabela 6).

Percepção pública de violência e acesso à justiça de jovens moradores de pequenas cidades: o caso de Francisco Beltrão - Paraná/Brasil

Tabela 6. Faixa etária em anos em relação à escolaridade

Grau de escolaridade	Faixa etária em anos				Totais
	16 e 17	18 a 20	21 a 24	25 a 29	
Analfabeto	0	0	0	0	0
Nunca frequentou a escola, mas sabe ler e escrever	0	0	0	0	0
Primeira à quarta série	0	0	0	1	1
Ensino fundamental incompleto	0	2	0	2	4
Ensino fundamental completo	3	2	1	3	9
Ensino médio incompleto	18	12	6	1	37
Ensino médio completo	1	11	8	9	29
Curso superior incompleto	6	29	22	9	66
Curso superior completo	0	0	7	6	13
Não soube ou não opinou	0	0	0	0	0
Totais	28	56	44	31	159

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/15

O Tabela 7 apresenta a síntese à pergunta sobre se a violência no nível municipal e nacional está aumentando ou diminuindo. No âmbito do município 75,47 % dos jovens disseram que a violência cresceu; 16,35 % que é a mesma e apenas 3,77 % dos jovens acham que houve diminuição e 4,4 % não souberam responder.

Tabela 7. Na sua percepção o que vem acontecendo ultimamente em relação à violência no município e no Brasil?

Faixa Etária em anos	A violência no município					A violência no Brasil				
	↑	=	↓	NO	Total	↑	=	↓	NO	Total
16 e 17	24	3	1	0	28	28	0	0	0	28
18 a 20	44	9	1	2	56	55	1	0	0	56
21 a 24	29	8	3	4	44	36	5	3	0	44
25 a 29	23	6	1	1	31	25	3	2	1	31
Totais	120	26	6	7	159	144	9	5	1	159

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/15

Simbologia ↑ a violência Cresceu; = a violência está igual; ↓ a violência diminuiu; NO não opinou.

Quando perguntados sobre o mesmo tema, mas em relação ao Brasil, os números são ainda maiores 90,56 % disse que a violência cresceu; 5,66 % que é a mesma e apenas 3,14 % que houve diminuição da violência e 0,63 % não soube responder. Demonstrando conexão com o observado também pela pesquisa que resultou no Mapa da violência.

O Tabela 8 apresenta a síntese sobre qual violência mais incomoda os jovens. É interessante observar que as violências que mais os incomodam são produzidas pela própria sociedade, a soma de violências ligadas a trânsito, escola, bairro, família e forças policiais correspondem a 93 respostas de um total de 159, perfazendo 58,49 %. Embora seja a maior em números absolutos com 61 respostas, a violência atribuída aos *Bandidos* corresponde a 38,36% do total.

Tabela 8. Qual dessas violências mais incomoda?

Faixa Etária em anos	Tipos de violência								Total
	Trânsito	Escolar	Bairro	Familiar	Bandidos	Policial	utras	NO	
16 e 17	5	3	1	6	8	5	0	0	28
18 a 20	15	3	1	7	26	3	1	0	56
21 a 24	8	1	2	12	13	6	1	1	44
25 a 29	4	2	0	7	14	2	1	1	31
Totais	32	9	4	32	61	16	3	2	159

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/15
Simbologia: NO não opinou

Sinalizando para o fato de que a percepção de violência é multidimensional o que valeria a pena melhor analisado pelas autoridades, que costumemente se apoiam no aumento da força policial e no recrudescimento das penas como meio para conter a violência. No caso da amostra as próprias forças policiais são apontadas por 10,06 % dos respondentes e a violência familiar e no trânsito com exatamente o dobro desse percentual cada uma.

Já na Tabela 9 quando perguntados sobre qual crime considera mais grave 56,6 % dos respondentes respondeu o estupro, seguido do latrocínio e homicídio com 21,38 % e 15,09 % respectivamente.

Tabela 9. Qual crime considera mais grave?

Faixa Etária	Qual Crime é mais frequente em Francisco Beltrão							Total
em anos	Homicídio	Latrocínio	Estupro	Sequestro	Roubo	Tráfico de drogas	NO*	Total
16 e 17	3	6	18	0	0	1	0	28
18 a 20	6	11	35	1	1	2	0	56
21 a 24	9	9	24	0	0	2	0	44
25 a 29	6	8	13	0	0	2	2	31
Totais	24	34	90	1	1	7	2	159

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/15

*NO não opinou

Quando perguntados sobre qual crime é mais frequente na cidade a ampla maioria citou crimes que tem relação com as drogas tráfico 23,27 % e uso de drogas 22,12 % a esses crimes se podem associar também parte dos roubos e furtos a residências, pois é comum os pequenos delitos estarem associados ao consumo de drogas (Tabela 10).

Esta percepção dos moradores jovens é bastante interessante e se conecta diretamente à violência urbana e sua ligação com as drogas e o crime organizado que costuma estar conexo ao tráfico e ao crime organizado.

Tabela 10. Qual Crime é mais frequente em Francisco Beltrão

Faixa Etária	Qual Crime é mais frequente em Francisco Beltrão								Total
em anos	Tráfico de drogas	Uso de drogas	Roubo/furto de carros	Assaltos	Violência doméstica	Roubo/furto a residências	Estupro	NO	Total
16 e 17	5	5	2	5	2	8	0	1	28
18 a 20	16	16	0	4	3	17	0	0	56
21 a 24	11	10	1	2	5	11	2	2	44
25 a 29	5	4	0	7	4	9	1	1	31
Totais	37	35	3	18	14	45	3	4	159

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/15

*NO não opinou

O Tabela 11 sintetiza a opinião da amostra sobre os diversos assuntos polêmicos têm surgido na agenda brasileira na última década como: adoção da pena de morte; diminuição da maioridade penal para 16 anos; toque de recolher para os jovens e desarmamento. Os jovens obviamente não estão imunes a esses temas de modo que a percepção sobre o aumento da violência, na escala local e nacional, tem impacto profundo na forma como a eles percebem as soluções. No que se refere à pena de morte, por exemplo, os jovens beltronenses que defendem essa alternativa estão acima da média nacional.

Tabela 11. Como os jovens beltronenses se posicionam sobre os principais debates nacionais.

Faixa Etária em anos	Pena de morte				Diminuição da maioridade penal				Toque de recolher para menores				É a favor do desarmamento			
	Sim	Não	NO	Σ	Sim	Não	NO	Σ	Sim	Não	NO	Σ	Sim	Não	NO	Σ
16 e 17	15	12	1	28	18	10	0	28	8	20	0	28	19	7	2	28
18 a 20	31	22	3	56	43	12	1	56	29	25	2	56	31	23	2	56
21 a 24	20	21	3	44	33	11	0	44	18	22	4	44	23	18	3	44
25 a 29	20	10	1	31	24	6	1	31	19	11	1	31	20	10	1	31
Totais	86	65	8	159	118	39	2	159	74	78	7	159	93	58	8	159

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/15

Em 2016 o CNI/Ibope fez uma pesquisa intitulada “Retratos da Sociedade Brasileira: segurança pública”⁵, onde verificou que 46 % dos brasileiros defendem a pena de morte sendo que 31 % defendem totalmente e 15 %, em parte. Esse índice entre os jovens pesquisados ficou em 54,08 % e, observamos também que quanto mais avança a idade mais cresce a adesão a essa solução extrema.

No que se refere à diminuição da maioridade penal para 16 anos⁶ 74,21 % dos jovens são favoráveis. Quando perguntados sobre a imposição de um toque de recolher para menores de idade a amostra se mostrou dividida com 46,54 % favoráveis e 49,05 % contrários

⁵ http://istoe.com.br/169547_CNI+IBOPE+46+DA+POPULACAO+E+A+FAVOR+DA+PENNA+DE+MORTE/

⁶ Atualmente no Brasil a maioridade penal é atingida com 18 anos, essa proposta permitiria diminuir a maioridade para 16 anos.

e 4,4 % não conseguiram opinar. Em relação à proposta de desarmamento da população 58,49 % são favoráveis e 36,48 % contrários e 5,03 % não souberam opinar. As respostas a essas perguntas no levam a uma série de outros questionamentos dentre os quais o caráter conservador da juventude e de como e onde os jovens se informam para expressarem suas opiniões.

Assim, ao serem perguntados se se considera bem informado em relação às leis? (Tabela 12). Os jovens ficaram divididos 41,50 % disseram que sim, 47,80 % não se consideravam bem informados e 10,68 % não soube responder. Quando perguntados onde obtinham informações sobre as leis dentre as opções disponibilizadas a internet e as televisões aparecem em primeiro lugar 77,36 % e 88,68 % respectivamente. Em seguida, pela ordem crescente de citações, vem as universidades com 52,83 %, as rádios com 55,20 % e finalmente a escola e 44 %.

Tabela 12. Por onde obtém informações sobre leis e normas?*

Faixa Etária em anos	Televisão			Rádio			Internet			Escolas			Universidades		
	Sim	Não	NO**	Sim	Não	NO	Sim	Não	NO	Sim	Não	NO	Sim	Não	NO
16 e 17	18	9	1	14	12	2	27	1	0	15	11	2	8	19	1
18 a 20	43	12	1	26	27	3	50	5	1	25	27	4	33	21	2
21 a 24	36	5	3	20	17	7	40	2	2	18	22	4	28	12	4
25 a 29	26	5	0	23	8	0	24	7	0	12	18	1	15	16	0
	123	31	5	83	64	12	141	15	3	70	78	11	84	68	7

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/15

* Questão de múltipla escolha **NO não opinou.

O fato das escolas e universidades aparecerem atrás dos meios de comunicação como fonte de informação é preocupante, pois a ONG **ANDI -Comunicação e Direitos-** através do “Programa de monitoramento de violações de direitos na mídia brasileira” apontou que os meios de comunicação social brasileiros, sobretudo através dos programas policiais, vêm sistematicamente cometendo graves infrações:

Em apenas 30 dias, narrativas de rádio e TV promoveram 4.500 violações de direitos, cometeram 15.761 infrações a leis brasileiras e multilaterais e desrespeitaram 1.962 vezes normas autorregulatórias. Esses são alguns dos principais resultados da análise de 28 programas “policialescos” produzidos em 10 capitais do país. (Varjão, 2016, p.8)

Embora tenha monitorado apenas 19 programas TV e nove rádios em dez capitais o número de infrações impressiona. Das mais de 15 mil violações detectadas em um único mês 8.232 são infrações às leis brasileiras; 7.529 infrações à legislação multilateral. A TV das narrativas de violações, com 76,4 % e o rádio aparece com 23,6 % (Varjão, 2016, p.23). O número de programas monitorado pela pesquisa é apenas uma ínfima fração dos existentes no Brasil. Esse relatório lança importantes questões sobre a formação da opinião pública brasileira, sobretudo a respeito da influência midiática sobre as populações.

O aspecto final desse ensaio refere-se à confiança da amostra sobre as instituições. Foram apresentadas nove instituições e perguntado em qual delas o respondente depositava confiança em ordem crescente de citação apareceram Forças armadas 29,04 %, Judiciário 18,23 %, Igreja Católica 15,72 %, Polícia 12,57 %, Imprensa escrita 6,91 %, Televisão 3,77 %, Governo Federal 3,14 %, Congresso Nacional 1,88 % e as grandes empresas 1,25 %. Os que não souberam opinar apareceram com 9,43 % (Tabela 13).

Tabela 13. Em qual dessas instituições mais confia?

Faixa em anos	Etária	Forças armadas	Igreja católica	Grandes empresas	TV	Imprensa escrita	Judiciário	Polícia	Congress o Nacional	Governo Federal	NO	Σ
16 e 17		9	5	1	0	3	5	4	1	0	0	28
18 a 20		14	8	0	3	3	12	8	1	1	6	56
21 a 24		13	5	0	2	4	7	5	1	1	6	44
25 a 29		7	7	1	1	1	5	3	0	3	3	31
		43	25	2	6	11	29	20	3	5	15	159

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/15
**Simbologia: NO não opinou; Σ totais.*

A debilidade das instituições políticas e a confiança nas forças repressivas do estado (Forças armadas e polícia) Esse quadro de desconfiança na política com o enfraquecimento das instituições políticas brasileiras. Essa crise de confiança também foi confirmada por outras pesquisas brasileiras como o Índice de Confiança Social (ICS) que mede 18 instituições no Brasil dentre elas os Partidos Políticos, Congresso Nacional, Presidente da República, Governo Federal, Sistema Eleitoral e Governo Municipal. Essa pesquisa é realizada desde 2009 pelo IBOPE Inteligência. A escala adotada vai de 0 a 100 pontos. Nesse quesito, na pesquisa de 2015, os piores colocados eram os partidos políticos com 17, o Congresso Nacional e Presidência da República com 22. A baixa confiança nas

CONCLUSÕES

As conclusões apresentadas nesse capítulo são parciais. Procuramos mostrar alguns elementos epistemológicos de construção do conceito de violência analisando como ao longo do tempo sua compreensão/construção vai sendo alterada. Procuramos evidenciar como são variáveis também as definições dadas por órgãos internacionais como ONU e Direitos Humanos. Em outra frente procuramos analisar algumas ferramentas teóricas que embasam as pesquisas aplicadas à percepção pública de violência, acesso à justiça e conhecimento das leis.

Procuramos também descrever as características do município de Francisco Beltrão quanto ao desenvolvimento socioeconômico, à presença do Estado, bem como, dos serviços de acesso à justiça disponibilizada no Município. Observa-se uma boa diversidade de serviços públicos e educacionais no município. Cabe, nesse quesito, a advertência que esses serviços não estão disponíveis na grande maioria das pequenas cidades brasileiras, constituindo-se

assim Francisco Beltrão como uma exceção à regra. Na sequência apresentamos e analisamos alguns dados relativos à percepção do jovens beltronenses em relação à violência, conhecimento das leis e confiança na justiça. Verificamos um alto nível educacional, e uma percepção de que a violência tanto local quanto nacional estava aumentando, contudo ao analisar as fontes de violência percebidas observamos que a maioria dos jovens vê a própria sociedade como a fonte de violência que mais os incomodam. Na outra ponta observamos a forte atuação da mídia na formação das mentalidades que deturpa o próprio direito ao promover, por meio de programas policiais, uma série de violências e preconceitos. E da dificuldade que daí decorre dos jovens conseguirem se nutrir com dados de qualidade de modo a poderem formar sua opinião. Observa-se a partir da pesquisa que é preciso atuar de maneira eficaz tanto em suas causas primárias quanto em seus efeitos, aliando políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade dos jovens, bem como implementando processos de repressão ao crime organizado. Uma tarefa que não é só do Poder Público, mas de toda a sociedade civil. Os jovens ao conviverem com padrões de violência dados percebem e os reproduzem em sua vivência cotidiana, poucas vezes refletem e pensam sobre como eles são constituídos e como são vítimas e perpetradores.

A violência não tem um padrão único ela é multideterminada e, por essa razão, seu combate envolve um conjunto de inteligências/saberes como: geografia no entendimento da territorialização do crime; sociologia, antropologia com seus elementos teóricos e conceituais; o direito que deveria estender o seu manto protetor às camadas mais frágeis; a educação que deveria ser mais valorizada como um dos instrumentos centrais para promoção de melhorias na sociedade; a repressão ao crime feito pelas polícias de forma a combater inteligentemente suas causas; os instrumentos de saúde

pública que deveria se preparar para as epidemias das drogas; e a economia que deveria se preocupar também com as desigualdades sociais etc. enfim, um conjunto de inteligências que precisam ser conectadas e articuladas para tentar obter algum êxito. Também a participação ativa da sociedade na identificação e no combate à violência e, fundamentalmente a ação do Estado. Até porque, como observamos em muitos momentos o próprio Estado é uma fonte ativa de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. C. (2009). *Erros nas pesquisas eleitorais e de opinião*. Rio de Janeiro: Record.
- Almendra, C. A. da C. e Baierl, L. F. (2007). A violência: realidade cotidiana. *Sociedade e Cultura*, 10(2), 267-280.
- Campos, M. Â. M. R. et al. (2005). Violência Sexual: integração saúde e segurança pública no atendimento imediato à vítima. *Saúde e Sociedade*, 14(1), 101-109. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902005000100011>
- Dahlberg, L. L. e Krug, E. G. (2007). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência y Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). www.ibge.gov.br/cidade@
- Varjão, S. (2016). *Violações de direitos na mídia brasileira: Pesquisa detecta quantidade significativa de violações de direitos e infrações a leis no campo da comunicação de massa*. Brasília, DF: ANDI.
- Wieviorka, M. (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, pp. 5-45. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol09n1/o%20novo.pdf>
- Waiselfisz, J.J. (2016). *Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.

- <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/764>. Acesso em: 27 de abril de 2010.
- <http://www.prt5.mpt.gov.br/cartilhas/ECA-umguiaparajornalistas.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2010.
- <http://www.mma.gov.br/port/conama/legi.cfm>. Acesso em: 27 de abril de 2010.
- <http://www.pmpr.pr.gov.br/pmpr/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1585> acesso em 04/05/2010.
- http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/pr_Mapaviolencia2010.pdf Acesso: 10/05/2017
- http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/francisco-beltrao_pr Acesso: 10/05/2017
- http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/francisco-beltrao_pr - Acesso: 15/05/2017
- <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipr.def> Acesso: 15/05/2017
- <http://www.forumseguranca.org.br/>. Acesso:10/06/2017
- <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html>. Acesso: 10/06/2017.
- http://istoe.com.br/169547_CNI+IBOPE+46+DA+POPULACAO+E+A+FAVOR+DA+PENA+DE+MORTE/. Acesso:10/06/2017.

Cómo citar este capítulo:

Francelino-Alves, A. (2017). Percepção pública de violência e acesso à justiça de jovens moradores de pequenas cidades: o caso de Francisco Beltrão - Paraná/Brasil. En N. Albornoz-Arias, R. Mazuera-Arias, M.-T. Carreño-Paredes, M.-A. Cuberos, A.-E. Tinoco-Guerra, V.-V. Arenas-Villamizar, . . . Z. Villamizar-Bermúdez, N. Albornoz-Arias, R. Mazuera-Arias, & J.-F. Espinosa-Castro (Edits.), *Adolescencia: vulnerabilidades. Una mirada interdisciplinaria*. (pp.181-214). Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar.